

Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Caporal, F. R. *
Costabeber, J. A. **

Esta reflexão parte do entendimento de que o desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus va-

* Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutor pelo "Programa de Agroecologia, Campesinado e História", ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha) e Diretor Técnico da EMATER/RS. E-mail: caporal@emater.tche.br

** Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutor pelo "Programa de Agroecologia, Campesinado e História", ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha) e Supervisor Regional da EMATER/RS. E-mail: costabeber@emater.tche.br

lores políticos e éticos. De igual modo, entendemos que a noção de subdesenvolvimento que nos foi impingida, ao longo das últimas cinco décadas, é resultado de uma criação ideológica e relacional que, comparando realidades distintas, estabeleceu o que era entendido por *sociedade desenvolvida*, para logo carimbar com a marca *subdesenvolvidas* todas as demais sociedades ou nações que não se encontravam nas condições tidas como de desenvolvimento. Nesse sentido, fomos estimulados e orientados a associar-nos a uma linha de pensamento linear e cartesiano que pretendia ser a única via possível para o desenvolvimento agrícola e rural. Ademais, nos ensinaram que o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado, e que as sociedades "atrasadas" deveriam superar etapas, deixando para trás

as velhas tradições, incorporando, paulatinamente, os ícones e ensinamentos da modernização. A busca pelo "progresso" passou a ser uma corrida marcada por um voraz consumo de recursos naturais não renováveis.

No contexto desenvolvimentista, a transição para uma agricultura "moderna" passou a significar o rompimento com as tradições e conhecimentos dos agricultores e sua substituição por tecnologias genéricas, em geral importadas e, algumas vezes, testadas e validadas em nossos centros de pesquisa. No mesmo esforço, as escolas de nível médio e superior das Ciências Agrárias foram transformadas em laboratórios para a formação de profissionais e técnicos de receitas. As bases científicas da Agronomia deram lugar a um processo de transmissão de informações muitas vezes desconectadas da realidade social e ambiental, enfatizando aspectos parcializados das etapas da produção agrícola. A natureza, nessa lógica, passou a ser vista simplesmente como um conjunto de recursos a serem consumidos pelo homem ou como um depósito para dejetos e resíduos químicos usados nos processos produtivos. Vale lembrar que sequer logramos instalar no país condições mínimas para analisar adequadamente todos os agentes químicos que utilizamos na agricultura.

Passadas algumas décadas de desenvolvimentismo, estamos vendo cair por terra um por um dos ícones da modernização agrícola. A Revolução Verde, que prometia resolver o problema da fome no mundo, revelou-se um fracasso, existindo hoje mais de 800 milhões de famintos em nosso planeta. É bem verdade que houve uma melhoria na produção e na produtividade

de alguns produtos, em algumas regiões e em alguns países. Entretanto, esse *sucesso* relativo da estratégia da modernização agrícola foi acompanhado de graves problemas sociais, econômicos e ambientais que, paulatinamente, passaram a se expressar na forma de diferenciação e exclusão social, empobrecimento e endividamento de agricultores. Sabemos que, pouco a pouco, muitos dos cientistas que ensinavam e recomendavam o uso dos pacotes tecnológicos vêm agora reorganizando seus conhecimentos e abdicando de certas convicções

técnicas, dados os problemas que foram se evidenciando. Do mesmo modo, imersos que estamos em uma crise socioambiental de grandes proporções, pensar o desenvolvimento nos levou a uma reflexão crítica sobre o papel de instituições de apoio ao desenvolvimento rural, como são os serviços de extensão rural pública ou privada.

Como todos sabemos, a crítica ao extensionismo convencional se iniciou com Paulo Freire, nos anos 60, e teve seu auge no período da Nova República, com o chamado Repensar da Extensão Rural. Esta crítica ganhou novos contornos nos anos 1990, quando passaram a se destacar duas grandes correntes: a da privatização e/ou transferência do serviço (e recursos) de assistência técnica e extensão rural (ATER) para o terceiro setor (ONGs, OCIPs, municipalização, etc.) e aquela que seguirá defendendo a necessidade de uma extensão rural pública, gratuita e de qualidade para a agricultura familiar (que se consolidou no Workshop Nacional de ATER, promovido pela FASER, ASBRAER, CONTAG, FAO e MA, em 1997). Já no final da década de 1990, estava

"Inúmeros estudos também mostravam que o papel do Estado no desenvolvimento rural precisava ser outro, estimulando outras formas de desenvolvimento e estilos de agricultura de base ecológica compatíveis com os preceitos da sustentabilidade."

claro que era insuficiente, senão desnecessária, uma ATER pública para transferir os mesmos pacotes tecnológicos aos agricultores. Inúmeros estudos também mostravam que o papel do Estado no desenvolvimento rural precisava ser outro, estimulando outras formas de desenvolvimento e estilos de agricultura de base ecológica compatíveis com os preceitos da sustentabilidade. Ademais, as lições do passado mostravam que a metodologia de intervenção no processo de desenvolvimento rural deveria pautar-se pelo respeito às experiências históricas, valores culturais e éticos, assim como às diversidades étnicas e ambientais das comunidades rurais.

No Rio Grande do Sul, as recomendações do Workshop Nacional de 1997, assim como os novos estudos sobre ATER, voltaram a ser discutidos em 1998 e conformaram as bases para os debates ocorridos por ocasião da posse da nova diretoria da EMATER/RS-ASCAR (Gestão 1999-2002), passando a ser um importan-

te insumo para a construção do Planejamento Estratégico da Nova Extensão Rural, levado a cabo pelos Colegiados Funcional e Executivo, ainda no primeiro semestre de 1999. Daí nasceu a nova Missão Institucional da EMATER/RS-ASCAR, que se propõe a *"promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e de extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida"*.

"A Nova Extensão Rural
direciona suas ações para
promoção de estilos de agricul-
tura e de desenvolvimento rural
que respeitem as condições es-
pecíficas de cada agroecossiste-
ma e apoiem a preservação e o
resgate da diversidade biológica
e cultural."

Não foi por acaso que o Conselho Técnico e Administrativo (CTA) abriu suas portas ao ingresso das várias entidades de representação da agricultura familiar e movimentos sociais (estando dadas as condições para a inclusão de representações de pescadores artesanais, indígenas e quilombolas). Isso permitiu que o CTA se tornasse ainda mais democrático e representativo do público da ATER. Também não foi por acaso que a Missão Institucional orientou para cinco grandes eixos: a) o desenvolvimento rural sus-

tentável; b) a Agroecologia como base científica; c) a ATER com base em metodologias educativas e participativas; d) o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações; e e) o resgate da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Estes preceitos nasceram de um ideal de sustentabilidade e equidade social (presentes nos debates sobre desenvolvimento e desenvolvimento rural, desde os anos 1970) e do imperativo socioambiental da nossa época, sus-

tentando a inclusão da Agroecologia não como um programa ou projeto, mas sim como a base científica e orientadora de todas as ações da Nova Extensão Rural, uma Extensão Rural que, além de contribuir nos processos sócio-econômicos, procura articular a dimensão ecológica nas estratégias de desenvolvimento rural culturalmente aceitáveis e capazes de manter e dar estabilidade ao tecido social das unidades de produção familiar, ao mesmo tempo em que busca reduzir impactos negativos nos agroecossistemas, produzir alimentos sadios e assegurar a geração de postos de trabalho e de renda no meio rural.

Sob esta perspectiva, a Nova Extensão Ru-

ral incorpora princípios e enfoques técnicos e metodológicos distintos dos convencionais, direcionando suas ações para a promoção de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural que respeitem as condições específicas de cada agroecossistema e apoiem a preservação e o resgate da diversidade biológica e cultural. Tendo como objetivo um manejo ecologicamente prudente dos recursos naturais - sustentado na participação ativa dos atores envolvidos -, as ações extensionistas passaram a orientar-se pela busca de segurança alimentar e produção de alimentos de qualidade biológica superior, privilegiando, ademais, a construção de plataformas de negociação para assegurar a participação popular e o diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo. Assim, o ideal de sustentabilidade, que conforma o núcleo da Nova Extensão Rural, exige que entendamos a agricultura como um processo de construção social e não simplesmente como a aplicação de algumas tecnologias geradoras de dependência e de externalidades negativas.

Diante deste desafio, a ATER gaúcha adotou um novo conceito, o de *Extensão Rural Agroecológica*, entendida como uma "intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo". Esta *Extensão Rural Agroecológica* se constitui num esforço de intervenção planejada, para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participa-

ção popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia, como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção no meio rural oposto ao difusionismo reducionista e homogeneizador que auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde.

A noção de desenvolvimento rural sustentável, como sabemos, supõe o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável que não podem ser alcançados mediante a simples transferência de tecnologias, característica chave da "antiga extensão rural". De fato, a transição agroecológica indica a necessidade de construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas, determinando que a Nova Extensão Rural privilegie estratégias, metodologias e tecnologias compatíveis com os requisitos desse novo processo. Reafirmamos que essa nova perspectiva teórica e operativa não coincide com o modelo tradicional (centrado na transferência de tecnologias e adotado pela extensão convencional) e parece ser mais adequada quando se trata de buscar objetivos de equidade e sustentabilidade, até porque o enfoque agroecológico encara os sistemas agrícolas -ou agroecossistemas- como unidades fundamentais de estudo, onde co-evoluem culturas específicas em interação entre si e com o ambiente natural, exigindo nova abordagem nas formas de intervenção.

Desde a perspectiva da Agroecologia, então, antes de definir qual modelo tecnológico deve ser adotado na agricultura, é necessário buscar a identificação de valores e princípios que orientarão a construção de uma sociedade que contemple o imperativo ambiental e o enfrentamento aos problemas sócio-econômicos de nossa época. Ressalte-se que esse enfoque propõe formas distintas de intervenção nos agroecossistemas, partindo de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável e ten-

do em conta as interações complexas entre pessoas, cultivos, solos, animais e outros, que têm lugar dentro de cada agroecossistema e de forma diferenciada entre eles.

Operacionalmente, a Nova Extensão Rural tem em conta, em primeiro lugar, a idéia de *sistemas* e o enfoque *holístico*, adotando uma visão dos agroecossistemas como uma totalidade, o que implica a exigência de uma nova e *continuada* formação técnico-social dos extensionistas e, sobretudo, o reconhecimento da importância da participação dos atores sociais como parte desse todo.

Em segundo lugar, parte do reconhecimento de que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da cultura humana e as estratégias de apropriação dos recursos naturais não renováveis, isto é, *cultura e natureza* se influenciam mútua e permanentemente, devendo os estudos de agroecossistemas levar em conta estas relações

de interdependência, o que pressupõe a necessidade de recuperação da história de vida dos diferentes grupos sociais com quem estabelece uma interface. Assim, ao contrário dos enfoques convencionais, segundo os quais os extensionistas eram formados para substituir a *subcultura camponesa* (considerada por alguns autores como *atrasada* e obstáculo ao *progresso*), desde a perspectiva da Extensão Rural Agroecológica o estudo de sociedades e grupos sociais exige não só o respeito à diversidade cultural, mas a capacidade de integrar e sistematizar aspectos históricos, culturais, sócio-econômicos e ambientais presentes em cada agroecossistema.

A ênfase no saber local exige que o conhecimento do extensionista não continue sendo con-

siderado como o único válido. A compreensão de que os grupos ou as comunidades desenvolveram conhecimentos próprios, derivados de suas experimentações e segundo suas necessidades históricas e modos de vida específicos, determina que a Nova Extensão Rural passasse a adotar uma nova prática. Neste sentido, a Agroecologia destaca o papel conjunto que devem ter os agricultores e os agentes externos na construção, desenvolvimento e adaptação de tecnologias para situações locais específicas, de maneira que se restabeleça a necessidade de considerar as

racionalidades e lógicas próprias dos diferentes estilos de agricultura, na perspectiva de construir contextos de sustentabilidade.

Seguindo essa lógica, a Nova Extensão Rural procura potencializar estilos de desenvolvimento endógeno e promover o uso parcimonioso dos recursos naturais e meios disponíveis, relativos às formas

culturais, sociais, políticas, assim como às bases econômicas existentes. Considera-se que as estratégias agroecológicas de desenvolvimento rural não podem orientar-se simplesmente pela acumulação de metas de crescimento econômico, produção e produtividade, mas devem apoiar também aquelas mudanças que conduzam a uma maior segurança alimentar, a melhores níveis de educação, de saúde e bem-estar, ao mesmo tempo em que promovam uma maior equidade social e que garantam maior proteção ambiental nos processos produtivos. Essas estratégias devem ter como eixo central as várias dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental, cultural, política e ética.

A Nova Extensão Rural ainda parte do pres-

"A noção de desenvolvimento rural sustentável supõe o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável que não podem ser alcançados mediante a simples transferência de tecnologias."

suposto de que, se os objetivos de proteção ambiental e de inclusão social são realmente uma exigência da sociedade do terceiro milênio, faz-se necessário que o Estado atue de forma decisiva, provendo serviços de ATER, públicos e gratuitos, à agricultura familiar e a outros públicos que necessitam de seu apoio. Mesmo sem entrar no debate teórico que trata acerca de *Bens Públicos* e *Bens Privados*, é preciso assinalar que o serviço de Extensão Rural Agroecológica, como processo educativo e responsável por parte da formação dos agricultores, que defende o meio ambiente, trabalha para a produção de alimentos saudáveis e apóia estratégias de desenvolvimento de interesse da sociedade, constitui um importante Bem Público. Então, sua oferta gratuita deve ser assumida como uma obrigação permanente do Estado.

Finalmente, a práxis da Nova Extensão Rural pretende contribuir para a construção de *estilos de desenvolvimento rural* que persigam a solidariedade entre as gerações atuais, sem perder de vista a solidariedade que deve ser construída entre as atuais e as futuras gerações. Contudo, nenhuma mudança institucional ou na prática dos agentes de Extensão Rural poderá ocorrer sem que se estabeleça um processo permanente de formação-ação-reflexão, como forma de superação gradual dos obstáculos que surgem nessa caminhada. Qualquer proposta transformadora precisa enfrentar também certos entraves característicos das Instituições, assim como um certo grau de resistência interna às mudanças, a carência de conhecimentos novos que passam a ser requeridos, a exigência de esforços para a construção e internalização de novas bases teóricas e metodológicas. É preciso superar ainda a eventual resistência advinda de setores da sociedade rural que por ventura se sintam menos contemplados em seus interesses e expectativas. Ademais, nenhuma transformação profunda nas organizações de Extensão Rural da esfera pública, ou a ela conveniada, pode ser alcançada

sem o decisivo apoio do Estado.

Em síntese, o serviço oficial de Extensão Rural do Rio Grande do Sul, como Bem Público, vem demonstrando ser possível a existência de uma empresa com o porte estrutural da EMATER/RS (que é, provavelmente, uma das maiores instituições de ATER da América Latina), que responda aos novos anseios da sociedade e ao processo de ecologização que está em curso no mundo inteiro. Por essa razão, acreditamos, de forma convicta, que as mudanças introduzidas na Extensão Rural gaúcha vêm fazendo com que EMATER/RS se converta em paradigma para uma Nova Extensão Rural: uma *Extensão Rural Agroecológica*. O esforço empreendido e os resultados alcançados pela EMATER/RS, nos últimos 4 anos, no que diz respeito à capacitação de extensionistas e agricultores, à produção de material técnico, à adoção de metodologias participativas, ao resgate de conhecimentos locais, à melhoria da qualidade de vida, à realização de eventos de nível internacional e ao processo de transição agroecológica, apenas para citar alguns avanços, servem como parâmetro para a comparação com o passado e como referência para o futuro. Esta é a nossa opinião.